REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2018
(Do Sr. JÚLIO DELGADO)

Solicita informações acerca do sistema ferroviário e da renovação antecipada de contratos de concessão ferroviária.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Exmo. Senhor **Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil** o seguinte pedido de informações:

Considerando que o Parlamento tem papel essencial na fiscalização e avaliação de políticas e ações governamentais;

Considerando que é competência constitucional da União explorar os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

Considerando que os serviços de transporte ferroviário vêm sendo prestados pela iniciativa privada, mediante contratos com o poder público, fiscalizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, vinculada a esse Ministério;

Considerando que ainda há grande predominância do modo rodoviário na matriz de transporte de carga, para prejuízo da economia do País;

Considerando que a Lei nº 13.448, de 2017, abriu a possibilidade de renovação antecipada dos contratos de concessão ferroviária, mediante a assunção do compromisso de realização de investimentos, na própria malha ferroviária da concessionária ou em projetos *greenfield*;

Considerando que Minas Gerais é servido por linhas férreas administradas pelas concessionárias Vale, MRS e FCA, que têm a intenção de renovar antecipadamente seus contratos;

Pergunta-se:

1. Quais projetos ferroviários (construção, ampliação, reforma ou modernização) estão no rol de interesses do governo federal? Quais deles são considerados prioritários? Por quê? Em quanto tempo devem ser concluídos? De que maneira serão financiados?

2. Qual o tratamento dispensado ao transporte ferroviário de passageiros nos contratos de concessão em vigor? Em que segmentos está disponível transporte de passageiros, de maneira regular? Quais as cidades servidas? Qual a frequência dos serviços? Na repactuação de contratos, com o intento de prorrogá-los, que medidas estão sendo ou serão adotadas para elevar a oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros? Trechos em relação aos quais as concessionárias não demonstrarem interesse em explorar poderão ser repassados a estados ou municípios, a fim de que desenvolvam projetos de transporte de passageiros? Em que termos?

3. Que iniciativas, no campo do transporte ferroviário, já foram tomadas ao abrigo do que dispõe a Lei nº 13.448, de 2017? Que contratos foram prorrogados? Em que termos? Quais as contrapartidas?

4. Os contratos da Vale, MRS e da FCA estão aptos à prorrogação? A prorrogação já foi requerida pelas concessionárias? Em que termos, no caso dessas empresas, admitir-se-á a prorrogação? Quais as contrapartidas? Prevê-se obrigar investimento na própria malha ferroviária sob gestão das concessionárias ou em projetos desvinculados da respectiva concessão? Neste caso, que projetos seriam esses? Naquele, que melhorias seriam feitas na malha das concessionárias? A construção do anel ferroviário de Juiz de Fora (MRS) seria exigida?

5. Quais os benefícios que serão auferidos pela população de Minas Gerais com a eventual renovação antecipada dos contratos da Vale, da

MRS e da FCA? Que obrigações essas concessionárias deverão assumir relativamente às cidades por onde passam suas linhas férreas?

6. De que maneira a edição da MP nº 845, de 2018, interfere nas negociações para a renovação antecipada dos contratos de concessão da Vale, da MRS e da FCA?

Certos de contar com a costumeira atenção de V. Exa. e desse Ministério, desde já agradecemos as informações prestadas.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado JÚLIO DELGADO